



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
Gabinete da Presidência

**RESOLUÇÃO Nº 06 /2025**

*Dispõe sobre o funcionamento da 4ª Câmara Cível e da Câmara Criminal.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Complementar Estadual n. 198, de 29 de julho de 2024, que, em seu art. 4º, alterou o § 1º do art. 9º da LOJE, redefinindo a composição das Câmaras Cíveis e da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba;

**CONSIDERANDO** a norma inserta no art. 9º da lei estadual supramencionada, a qual reservou ao Tribunal de Justiça, por meio de Resolução, a prerrogativa de instituir regras de transição, a fim de disciplinar o início do funcionamento dos Órgãos Colegiados com a nova composição;

**CONSIDERANDO** que os juízes substitutos de segundo grau atuarão em substituição aos membros da mesa diretora apenas a partir do início da próxima gestão;

**CONSIDERANDO** a alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba e a edição do Ato da Presidência n. 60/2024, o qual estabeleceu a numeração dos Gabinetes dos Desembargadores e definiu os assentos dos membros do Tribunal nas câmaras cíveis e criminal;

**CONSIDERANDO** a remoção do Desembargador titular do Gabinete n. 14 para a Câmara Criminal, bem como a previsão contida no Ato da Presidência n. 60/2024, que estabelece o retorno do referido Desembargador para a 1ª Câmara Cível ao término de seu mandato na Corregedoria-Geral de Justiça;

**RESOLVE, *ad referendum* do Tribunal Pleno:**

**Art. 1º** Autorizar a remoção do Desembargador Titular do Gabinete n. 14 para a Câmara Criminal, ficando assegurado, por ocasião do término de seu mandato na Corregedoria-Geral de Justiça, o retorno ao exercício jurisdicional na 1ª Câmara Cível.

**Art. 2º** Fica autorizado o funcionamento da 4ª Câmara Cível com a composição de cinco membros, recaindo ao Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau a condução do Gabinete n. 08, durante o biênio 2025/2026.

Parágrafo único. As designações dos Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau observarão as regras dispostas no art. 2º do Ato da Presidência n. 60/2024.

**Art. 3º** Fica autorizado o funcionamento da Câmara Criminal com a composição de seis membros, devendo ser observado, no tocante à distribuição de processos para o Gabinete n. 12, as regras previstas no art. 38-B do Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba, com redação dada pela Resolução n. 16/2024.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor no dia 03 de fevereiro de 2025.

Gabinete da Presidência de Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, data do registro eletrônico.

**Desembargador JOÃO BENEDITO DA SILVA**  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

Este texto não substitui o publicado no DJe de 03.02.2025.